

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE LAMAS DE
CLARIFICAÇÃO DE ÁGUA**

(Ref.ª DOA.CP-AS-01/2023)

CADERNO DE ENCARGOS

JUNHO 2023

CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE LAMAS DE CLARIFICAÇÃO DE ÁGUA

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
<i>Cláusula 1.ª Objeto</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 2.ª Elementos do Contrato</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 3.ª Prazo Contratual.....</i>	<i>5</i>
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	6
<i>Cláusula 4.ª Obrigações do Adjudicatário</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 5.ª Dever de sigilo.....</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 6.ª Tratamento de dados pessoais</i>	<i>7</i>
<i>Cláusula 7.ª Conservação de dados pessoais.....</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 8.ª Transferência de dados pessoais</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 9.ª Dever de cooperação</i>	<i>9</i>
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	10
<i>Cláusula 10.ª Preço contratual e Preços unitários base.....</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 11.ª Faturação e Condições de pagamento</i>	<i>11</i>
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	13
<i>Cláusula 12.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato.....</i>	<i>13</i>
CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	13
<i>Cláusula 13.ª Responsabilidades das partes.....</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 14.ª Modificação objetiva do contrato.....</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 15.ª Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário.....</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 16.ª Penalidades – Princípios gerais.....</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 17.ª Penalidades por incumprimento de requisitos legais</i>	<i>15</i>
<i>Cláusula 18.ª Penalidades por incumprimento de requisitos contratuais</i>	<i>15</i>
<i>Cláusula 19.ª Cálculo das penalidades contratuais</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 20.ª Força maior</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 21.ª Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 22.ª Resolução do contrato por parte do Adjudicatário.....</i>	<i>18</i>
<i>Cláusula 23.ª Execução da caução.....</i>	<i>18</i>
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	19
<i>Cláusula 24.ª Deveres de informação</i>	<i>19</i>
<i>Cláusula 25.ª Comunicações</i>	<i>19</i>
<i>Cláusula 26.ª Foro competente.....</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 27.ª Direito aplicável e natureza do contrato</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 28.ª Contagem dos prazos</i>	<i>21</i>

ANEXO I REQUISITOS TÉCNICOS	23
<i>Cláusula A 1.ª Obrigações e responsabilidades do adjudicatário</i>	<i>23</i>
<i>Cláusula A 2.ª Locais da Aquisição de serviços</i>	<i>26</i>
<i>Cláusula A 3.ª Equipa a afetar à execução do Contrato</i>	<i>26</i>
<i>Cláusula A 4.ª Obrigações da Entidade Adjudicante.....</i>	<i>26</i>
<i>Cláusula A 5.ª Forma da prestação do serviço.....</i>	<i>28</i>
<i>Cláusula A 6.ª Qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar e responsabilidade social.....</i>	<i>36</i>
ANEXO II INSTALAÇÕES ABRANGIDAS NO ÂMBITO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	43
ANEXO III LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS BASE E QUANTIDADES ESTIMADAS.....	44
ANEXO IV SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO ALGARVE	46
ANEXO V CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES	47

Capítulo I

Disposições Gerais

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir em cada um dos contratos associados aos lotes a celebrar entre a sociedade Águas do Algarve, S.A., adiante designada AdA, S.A. e os adjudicatários para a **“Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água”**, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, com observância das cláusulas especiais constantes do **ANEXO I**, e cujas localizações constam do **ANEXO II** que integram o presente Cadernos de Encargos.
2. As quantidades de lamas indicadas no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos (quantidades estimadas, em toneladas) por instalação, possuem natureza meramente indicativa, não consubstanciando qualquer vínculo de produção de lamas nas quantidades estimadas por parte da Águas do Algarve, S.A..
3. A natureza do objeto dos contratos, independentemente dos lotes a que dizem respeito é caracterizada pelo seguinte código CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):
 - Código CPV: **90513700-3 Serviços de transporte de lamas**

CLÁUSULA 2.ª

ELEMENTOS DO CONTRATO

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.^a

PRAZO CONTRATUAL

1. O contrato inicia-se na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
2. Independentemente do decurso do seu prazo de vigência, o contrato extinguir-se-á logo que sejam atingidos os seguintes montante, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor:

2.1. Lote 1:

- a) *Transporte Externo de Lamas - Zona Nascente - Parque de Lamas da ETA de Tavira para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A. – 84.600,00 € (oitenta e quatro mil e seiscentos euros);*

2.2. Lote 2:

- a) *Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira para o Parque de Lamas da ETA de Tavira – 57.120,00 € (cinquenta e sete mil, cento e vinte euros);*
- b) *Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Beliche para o Parque de Lamas da ETA de Tavira, incluindo locação de Contentor para Lamas 6 m³ – 19.562,40 € (dezanove mil, quinhentos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos);*

2.3. Lote 3:

- a) *Transporte Externo de Lamas - Zona Poente - Parque de Lamas da ETA de Alcantarilha para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A. – 112.700,00 € (cento e doze mil e setecentos euros);*

2.4. Lote 4:

- a) *Transporte Interno de Lamas - Zona Poente – ETA de Alcantarilha para Parque de lamas da ETA de Alcantarilha, Inclui locação de contentor, de acordo com o previsto no ponto IV*

da alínea a) do n.º 2 da cláusula A5.^a do Anexo I do Caderno de Encargos. – **144.250,00 € (cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta euros);**

2.5. Lote 5:

- a) *Transporte Interno de Lamas - Zona Poente ETA de Fontainhas para Parque de lamas da ETA de Alcantarilha*, inclui locação de Contentor para Lamas 9 m³: **15.000,00 € (quinze mil euros);**

2.6. Aos valores acima acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Capítulo II

Obrigações das Partes

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

CLÁUSULA 4.^a

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as definidas na **Cláusulas A5^a do ANEXO I** que integra o presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA 5.^a

DEVER DE SIGILO

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Entidade Adjudicante, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Entidade Adjudicante lhe indique para esse efeito.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 6.ª

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de

confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 7.ª

CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

CLÁUSULA 8.ª

TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

CLÁUSULA 9.ª

DEVER DE COOPERAÇÃO

O Adjudicatário deve cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário em representação da Entidade Adjudicante;
- b) Quando a Entidade Adjudicante deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 10.ª

PREÇO CONTRATUAL E PREÇOS UNITÁRIOS BASE

1. Os preços unitários base, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, constituem-se como os preços máximos unitários que a entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, conforme disposto no n.º I do art.º 47º do CCP e que constam do **ANEXO III** deste Caderno de Encargos, não incluindo o IVA.
2. O Preço Contratual total definido pela Entidade adjudicante é de **433.232,40€** (*quatrocentos e trinta e três mil e duzentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos*) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
3. Pelo cumprimento das obrigações dos adjudicatários previstas no presente Caderno de Encargos, a contraente pública pagará a soma dos produtos dos preços unitários resultantes das propostas adjudicadas pelas quantidades reais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, até que sejam atingidos os seguintes preços contratuais por lote:
 - 3.1. **Lote 1:**
 - a) *Transporte Externo de Lamas - Zona Nascente - Parque de Lamas da ETA de Tavira para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A. – 84.600,00 € (oitenta e quatro mil e seiscentos euros);*
 - 3.2. **Lote 2:**
 - a) *Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira para o Parque de Lamas da ETA de Tavira – 57.120,00 € (cinquenta e sete mil, cento e vinte euros);*
 - b) *Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Beliche para o Parque de Lamas da ETA de Tavira, incluindo locação de Contentor para Lamas 6 m³ – 19.562,40 € (dezanove mil, quinhentos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos);*
 - 3.3. **Lote 3:**
 - a) *Transporte Externo de Lamas - Zona Poente - Parque de Lamas da ETA de Alcantarilha para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A. – 112.700,00 € (cento e doze mil e setecentos euros);*

3.4. Lote 4:

- a) *Transporte Interno de Lamas - Zona Poente – ETA de Alcantarilha para Parque de lamas da ETA de Alcantarilha*, inclui locação de contentor, de acordo com o previsto no ponto IV da alínea a) do n.º 2 da cláusula A5.^a do Anexo I do Caderno de Encargos. – **144.250,00 € (cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta euros);**

3.5. Lote 5:

- a) *Transporte Interno de Lamas - Zona Poente ETA de Fontainhas para Parque de lamas da ETA de Alcantarilha*, inclui locação de Contentor para Lamas 9 m³: **15.000,00 € (quinze mil euros);**

3.6. Aos valores acima acresce o IVA à taxa legal em vigor.

4. Os preços referidos no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA II.ª

FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As faturas emitidas pelo cocontratante devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela Contraente Pública e devem conter os elementos necessários a uma completa clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
3. Caso o cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a. Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> ;
 - b. Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> ;

- c. Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5 .
4. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à Contraente Pública não acrescem quaisquer juros de mora.
 5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240> .
 6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelas Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.
 7. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
 8. O pagamento será realizado de acordo com os preços unitários correspondentes, nos termos da proposta adjudicada.
 9. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 90 (noventa) dias úteis subsequentes à data de entrada da correspondente fatura.
 10. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
 11. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
 12. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
 13. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 12.ª

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do Contrato designado pelo contraente, identificado na **Cláusula 25.ª** do presente Caderno de Encargos.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Capítulo III

Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

CLÁUSULA 13.ª

RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes dos Contratos, celebrados em virtude da adjudicação feita para cada um dos lotes, e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA 14.ª

MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ainda ser modificado nas seguintes condições:

- a) Por via da variabilidade da qualidade da água bruta afluente às infraestruturas mencionadas no Anexo II ou demais situações, a produção de lamas poderá igualmente

variar face ao estimado, provocando eventuais alterações no prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA 15.ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO ADJUDICATÁRIO

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Entidade Adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato venha a ser indicado pela Entidade Adjudicante, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Entidade Adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 16.ª

PENALIDADES – PRINCÍPIOS GERAIS

1. Haverá lugar à aplicação de penalizações quando se verificarem incumprimentos legais e contratuais.
2. Todos os danos sofridos, direta e indiretamente, pela AdA, S.A., e/ou coimas e multas aplicadas à AdA, S.A., que resultem de atos ou omissões imputáveis às atividades executadas pelo Adjudicatário, serão da responsabilidade deste último e, consequentemente, ser-lhe-ão

imputáveis, tendo a AdA, S.A. direito de regresso sobre o Adjudicatário de todos os montantes pagos.

CLÁUSULA 17.ª

PENALIDADES POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

1. Em caso de irregularidade de carácter legal, devido a negligência ou qualquer outra ação do Adjudicatário, que seja objeto de contraordenação à AdA, S.A., de acordo com a legislação em vigor, a responsabilidade será imputada ao Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto o número anterior, a AdA, S.A., reserva-se o direito de aplicar uma penalização ao adjudicatário, do mesmo montante da coima.

CLÁUSULA 18.ª

PENALIDADES POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS CONTRATUAIS

1. A não execução, por motivos imputáveis ao Adjudicatário, de trabalhos previstos no âmbito de qualquer um dos contratos de aquisição de serviços, confere à AdA, S.A. o direito de aplicar o previsto na Cláusula 19.ª.
2. A não execução, por motivos imputáveis ao Adjudicatário, de trabalhos previstos no âmbito de qualquer um dos contratos de aquisição de serviços, confere à AdA, S.A. o direito transferir a execução dos trabalhos para terceiros, sem custos para a AdA, S.A., sendo todos os custos suportados pelo Adjudicatário.
3. O incumprimento, por motivos imputados ao Adjudicatário, de requisitos do presente Caderno de Encargos de trabalhos previstos no âmbito desta aquisição de serviços, confere à AdA, S.A. o direito de mandar repetir os trabalhos, sem custos para a AdA, S.A., sendo todos os custos suportados pelo Adjudicatário.
4. As eventuais irregularidades no preenchimento de documentos de transporte e/ou e-GAR em nome da AdA, S.A., se aplicável, devido a elementos não conhecidos pela AdA, S.A. no que se refere às viaturas e motoristas, ao contrário do previsto no artigo 17.º do Programa de Concurso, confere à AdA, S.A. o direito de exigir a sua correção imediata.
5. O incumprimento de requisitos do presente Caderno de Encargos previstos no âmbito desta aquisição de serviços, que possam comprometer as condições ambientais, de segurança da instalação, da segurança da água e segurança dos colaboradores da AdA, S.A. ou terceiros, confere à AdA, S.A. o direito de exigir a sua correção imediata e, se aplicável, a reposição da situação de referência, sendo todos os custos suportados pelo Adjudicatário.

CLÁUSULA 19.ª

CÁLCULO DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Águas do Algarve, S. A. pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função do tipo de ocorrências, sendo aplicadas as seguintes penalidades sobre o valor médio mensal do contrato, no máximo de 20% do preço mensal:

- 10% (dez por cento) por cada infração, no âmbito do número 1, 2, 5 da cláusula anterior;
- 5% (cinco por cento) por cada infração no âmbito do número 3 da cláusula anterior;
- 1% (um por cento) por cada infração no âmbito do número 4 da cláusula anterior.

CLÁUSULA 20.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Entidade Adjudicante a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 21.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, na caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) O Adjudicatário abandone os trabalhos;
 - b) Se verifique falta, erro ou omissão grave na execução do contrato, designadamente atrasos imputáveis ao Adjudicatário ou utilização de bens e ou materiais e/ou outros meios inaceitáveis, que ponham em causa a boa execução do contrato e que não sejam remediadas de imediato pelo Adjudicatário ou no prazo máximo de vinte dias após receção de notificação escrita da AdA, S.A.;
 - c) O Adjudicatário se recuse a proceder às modificações julgadas necessárias à boa execução dos Serviços objeto do contrato, segundo as especificações e determinações contratuais e, nos casos omissos, segundo as boas regras da arte;

- d) As penalidades atinjam metade do valor máximo fixado nos termos do contrato;
 - e) O Adjudicatário proceda à subcontratação da totalidade ou parte das atividades objeto do contrato ou proceda à cessão da respetiva posição contratual, sem o acordo expresso da AdA, S.A., para o efeito;
 - f) Se houver atraso na aquisição dos serviços por período superior a 30 (trinta) dias úteis e o Adjudicatário não tomar de imediato as medidas necessárias para a sua recuperação de acordo com a solicitação escrita da AdA, S.A.;
 - g) Se houver posição repetida ao exercício dos poderes de fiscalização da AdA, S.A., ou sistemática inobservância das determinações legítimas da mesma;
 - h) Se no decurso da aquisição ocorrer a perda de titularidade por parte do Adjudicatário ou de alguns dos seus subcontratados, das habilitações necessárias à execução do presente contrato, nomeadamente perda de licenças ou outros que coloquem em risco o funcionamento do Adjudicatário;
 - i) Quando o somatório das sanções aplicadas ao Adjudicatário atingir um montante igual ou superior a 20% (dez por cento) do preço contratual.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

CLÁUSULA 22.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

- 1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 23.ª

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

- 1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no Artigo 23.º do Programa do Concurso, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral,

para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos definidos no Artigo 295.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 24.ª

DEVERES DE INFORMAÇÃO

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 25.ª

COMUNICAÇÕES

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada ou correio eletrónico, para os seguintes contatos:

Contraente público:

- Águas do Algarve, S.A.
- Gestor do contrato: Eng.ª Helena Lucas
- Morada: Rua do Repouso, n.º 10 8000-302 Faro
- Telefone n.º +351 [289 899070]
- Correio eletrónico geral.ada@adp.pt

Adjudicatário:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

CLÁUSULA 26.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA 27.ª

DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO

O Contrato é regulado pelo direito português, designadamente pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e suas posteriores alterações e subsidiariamente a restante legislação aplicável.

CLÁUSULA 28.ª

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS

Anexo I

Requisitos Técnicos

(a que se refere as Cláusulas 1.^a e 4.^a et al.)

CLÁUSULA A 1.^a

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- 1) Obriga-se a prestar os serviços, nos termos e condições especificados no presente Caderno de Encargos, e de acordo com as disposições legais e regulamentos específicos que se encontrem em vigor;
- 2) O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais que sejam necessários e adequados à correta execução das atividades inerentes à aquisição do serviço nos tempos definidos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- 3) Obriga-se a manter seguros que cubram as obrigações objeto do contrato, bem como quaisquer danos, perante a Águas do Algarve, S.A., ou terceiros, que possam advir da aquisição de serviços;
- 4) Obriga-se a executar a aquisição de serviços conforme estabelecido no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos, sob pena do serviço não ser realizado;
- 5) Obriga-se a utilizar a equipa técnica, viaturas e meios complementares aprovados previamente pela AdA, S.A., e conforme estabelecido no ANEXO I do presente Caderno de Encargos, sob pena do serviço não ser realizado;
- 6) Obriga-se a enviar à AdA, S.A. documentação relativa a quaisquer alterações aos elementos apresentados com a proposta, nomeadamente renovação/alteração da Licença/alvará de transporte rodoviário de mercadorias, incluindo a frota;
- 7) Obriga-se a dispor de equipamentos eletrónicos (*tablet*, *smartphones*, etc.) que permitam a troca de documentação e informação em formato digital;
- 8) Obriga-se a informar atempadamente a AdA, S.A. dos elementos necessários para que as e-GAR sejam emitidas com a informação correta, para que o transporte se realize, conforme

previsto na subalínea iii) da alínea b) do n.º 2 da cláusula A5.ª do **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos;

- 9) Sujeita-se à ação fiscalizadora da AdA, S.A., S.A. ou de terceiros por esta nomeada;
- 10) Realizará as atividades inerentes à aquisição de serviços de acordo com os prazos legais e contratuais estabelecidos e o preço contratado;
- 11) Em caso de não se verificar a correta realização dos trabalhos previstos da responsabilidade do Adjudicatário, nomeadamente por inobservância das orientações da AdA, S.A., nos termos do **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos, os eventuais custos que daí possam advir serão da responsabilidade do Adjudicatário;
- 12) Comunicar antecipadamente, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a realização dos trabalhos previstos da responsabilidade do adjudicatário, assim como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- 13) Viabilizar e implementar as que visem fazer face a eventuais situações que possam colocar em risco a aquisição de serviços de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, designadamente avarias, etc., conforme (I) da alínea d), do n.º 6 do artigo 6.º do Programa do Concurso;
- 14) Procederá à entrega da documentação solicitada no âmbito da presente aquisição de serviços, de acordo com os prazos contratualizados;
- 15) O Adjudicatário obriga-se a manter reuniões de coordenação com o (s) representante (s) da AdA, S.A., no mínimo no início e final dos trabalhos em cada ano civil, e sempre que solicitado;
- 16) Prestar as informações que forem solicitadas pela AdA, S.A.;
- 17) É o único responsável pela execução dos respetivos trabalhos, sendo da sua conta todas as alterações indispensáveis ao exato cumprimento do contrato, e ainda as indemnizações decorrentes de prejuízos diretos causados sob a sua responsabilidade. No caso de o adjudicatário detetar qualquer situação anómala nos locais da aquisição de serviços, deverá imediatamente comunicá-la à AdA, S.A., por escrito, sob pena de ser responsabilizado por todas as consequências que advenham da não comunicação imediata dos factos;

- 18)** Responderá, sem prejuízo do que especificamente venha a ser estabelecido no contrato, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades que constituem o objeto do contrato, pela culpa ou pelo risco da sua responsabilidade;
- 19)** Responderá ainda, nos termos em que o comitente responde pelo comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados pelo Adjudicatário no âmbito dos trabalhos compreendidos no objeto do contrato;
- 20)** A AdA, S.A. não responderá por quaisquer danos causados no equipamento e material do adjudicatário, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelo pessoal ao seu serviço, salvo se resultarem de culpa comprovada dos colaboradores da entidade contratante no exercício das respetivas funções;
- 21)** Garantir a disponibilização de meio de contacto do responsável pela aquisição de serviços ou pessoa que a substitui, inclusive aos fins de semana e feriados;
- 22)** Emitir as faturas de acordo com o disposto no artigo 36.º do Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das Notas de Encomenda a que dizem respeito;
- 23)** O Adjudicatário é responsável por dar a conhecer e fazer cumprir todas as obrigações referidas aplicáveis a todas as entidades subcontratadas no âmbito deste contrato;
- 24)** O Adjudicatário assume plena responsabilidade pelos trabalhos contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a entidade Adjudicante;
- 25)** Correrá por conta do Adjudicatário, que se considera para os efeitos o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Adjudicatário e que não resultem da própria natureza da Aquisição de Serviços, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Adjudicatário ou dos seus subcontratados e/ou tarefeiros, do deficiente comportamento, ou ainda, da falta de segurança dos materiais, viaturas, máquinas e equipamentos utilizados;
- 26)** São encargos do adjudicatário todas as despesas necessárias à regular e boa execução da aquisição do serviço objeto do presente contrato, nomeadamente sem exclusão de quaisquer outras:
- a)** Os vencimentos do pessoal;
 - b)** As contribuições para a Segurança Social, encargos sociais e os prémios de seguro contra acidentes de trabalho do pessoal;
 - c)** Os equipamentos e consumíveis, e sua manutenção, considerados necessários à aquisição do serviço objeto do presente procedimento;

- d) Os veículos e sua manutenção, considerados necessários à aquisição do serviço objeto do presente procedimento.

CLÁUSULA A 2.ª

LOCAIS DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Os locais de execução dos serviços, objeto dos contratos a celebrar, são os mencionados no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA A 3.ª

EQUIPA A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. São de exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O Adjudicatário responderá por todos os atos de quaisquer pessoas que no âmbito da adjudicação para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela AdA, S.A. a essas mesmas pessoas.
3. Para a execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a afetar os recursos humanos necessários, devidamente qualificados para a atividade, categoria de transporte e manobra de máquinas, se aplicável.
4. O Adjudicatário fica obrigado a afetar um Responsável pela Aquisição de serviços, que será o interlocutor com a AdA, S.A. em todos os aspetos relacionados com os serviços contidos no âmbito do presente Caderno de Encargos, incluindo as áreas específicas de Segurança e Saúde no Trabalho, Ambiente e Manutenção, bem como estar presente em eventuais reuniões solicitadas pela AdA, S.A..

CLÁUSULA A 4.ª

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Remeter ao adjudicatário a Nota de Encomenda, com a antecedência devida para o cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos produtos;
2. Disponibilizar o acesso às instalações para a execução dos serviços, salvo situações excecionais previamente acordadas entre as partes (como por exemplo, restrições de horários de entrega associados aos regimes de funcionamento das instalações);
3. Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.
4. Pela Aquisição de Serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao

Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5. Nomear um responsável pela Gestão do Contrato para efeitos de comunicações com o adjudicatário e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
6. Designar os interlocutores necessários para cada Lote, devendo a comunicação entre a AdA, S.A. e o Adjudicatário deverá ser realizada, preferencialmente, por um único interlocutor da AdA, S.A. para as questões de carácter geral da aquisição de serviços e ainda por um técnico operacional para o acompanhamento dos trabalhos;
7. Monitorizar a aquisição do serviço contratado em cada lote, no que respeita ao cumprimento dos requisitos legais, cumprimento de prazos e outros requisitos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
8. Disponibilizar o acesso às instalações para a realização dos trabalhos previstos associados a cada lote, nas datas e horários acordados;
9. Definir o formato em que deverá ser efectuada a troca de documentação (papel ou digital), devendo sempre ser dada prioridade ao formato digital;
10. Efetuar o correto preenchimento das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR) e assegurar a sua emissão e validação na plataforma eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente (Siliamb) ou outra por esta certificada;
11. Disponibilizar os dados necessários ao Adjudicatário para efetuar o correto preenchimento das e-GAR em seu nome, se assim for previamente acordado, e assegurar a sua validação eletrónica na plataforma da Agência Portuguesa do Ambiente - APA (Siliamb) ou outra por esta certificada;
12. Em caso de impossibilidade da validação eletrónica da e-GAR referida no número anterior, a AdA, S.A. deverá assinar a e-GAR impressa pelo Adjudicatário, para que o transporte possa ser realizado. Assim que possível, a AdA, S.A. terá de validar eletronicamente a e-GAR em consideração;
13. Em caso de indisponibilidade do Siliamb para emissão de e-GAR deverá ser utilizado o modelo em suporte papel disponibilizado pela APA para o efeito;
14. Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

- 15.** Efetuar a Avaliação de Desempenho do Adjudicatário, tendo em consideração os requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) da entidade adjudicante e os requisitos contratualmente definidos, que serão controlados e monitorizados.

CLÁUSULA A 5.ª

FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 1)** As instalações abrangidas na presente aquisição de serviços pertencem ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, conforme localização mencionada no **ANEXO II**, cuja distribuição geográfica é apresentada no **ANEXO III**, ambos do presente Caderno de Encargos.
- 2)** A Aquisição de serviços em consideração inclui atividades relacionadas com armazenamento de lamas, trabalhos de carga e transporte, conforme definido nas alíneas a) e b) do presente número.

a) Especificidades por lote

i) Lote I: Transporte Externo de Lamas - Zona Nascente - Parque de Lamas da ETA de Tavira para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A.;

- A carga do resíduo do Parque de lamas para a viatura do Adjudicatário é da sua responsabilidade, devendo dispor de equipamento complementar adequado para o efeito (ex. retroescavadora).
- O transporte a destino final será efetuado com recurso aos meios do Adjudicatário aprovados pela AdA, S.A..
- Cada transporte de lamas corresponde, em média a cerca de 25 toneladas, estimando-se um total de 9.400 toneladas, durante o contrato.
- O transporte a destino final obedece ao limite máximo diário de 6 (seis) transportes.
- O transporte das lamas será efetuado de acordo com indicação da AdA, S.A., em dias úteis, no horário das 9h00-17h00.
- O Adjudicatário deverá disponibilizar um meio de contacto adequado, que permita à AdA, S.A. o eventual cancelamento ou adiamento do pedido de transporte em caso de se registarem situações excecionais da responsabilidade da AdA, S.A., que inviabilizem a execução do serviço.

- O transporte a destino final será efetuado com periodicidade variável, principalmente nos meses secos, devendo a AdA, S.A. solicitar ao Adjudicatário o serviço, informando reativamente ao número de transportes a realizar por dia de trabalho, com uma antecedência mínima de uma semana.
- O adjudicatário deve informar a AdA, das matriculas dos veículos e hora prevista para a realização dos transportes por dia de trabalho, com uma antecedência mínima de 24 horas de forma a que a AdA possa emitir/solicitar as respetivas e-GAR;
- O adjudicatário deverá efetuar a pesagem das cargas em báscula na ETA de Tavira.

ii) Lote 2:

(I) Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira para Parque de lamas da ETA de Tavira

- O armazenamento de lamas na ETA de Tavira é efetuado na instalação com recursos a meios próprios da AdA, S.A. (silos).
- É necessário afetar equipamento para movimentação de cargas no parque de lamas (ex. retroescavadora). Sempre que as condições climatéricas impeçam o acesso do camião transportador à zona designada pela AdA, prevista para a deposição de lamas no parque de armazenamento, deverá o Adjudicatário informar a AdA e desencadear as ações necessárias para proceder à recolocação das lamas nas áreas previamente definidas pela AdA;
- Cada transporte de lamas corresponde, em média a cerca de 20 a 25 toneladas, estimando-se um total de 8.400 toneladas durante o contrato.
- O transporte interno de lamas da ETA de Tavira para o parque de lamas da ETA de Tavira será efetuado com recurso aos meios do Adjudicatário aprovados pela AdA, S.A..
- O Parque de lamas da ETA de Tavira situa-se no interior da instalação (a cerca de 250 metros dos silos).
- O transporte das lamas será efetuado de acordo com indicação da AdA, S.A., preferencialmente em dias úteis, no horário das 9h00-17h00, podendo incluir sábados, nos termos da legislação aplicável em vigor.

- O Adjudicatário deverá disponibilizar um meio de contacto adequado, que permita à AdA, S.A. o eventual cancelamento ou adiamento do pedido de transporte em caso de se registarem situações excecionais da responsabilidade da AdA, S.A., que inviabilizem a execução do serviço.
- A periodicidade de recolha das lamas é de 3 (três) a 4 (quatro vezes) por semana nos meses de verão, e de 2 (duas) vezes por semana nos restantes meses.
- O pedido de recolha será efetuado com uma antecedência de meio-dia (tarde para manhã, manhã para a tarde).
- O Adjudicatário deverá efetuar a pesagem interna das cargas em báscula na ETA de Tavira.
- Tendo em consideração o definido na clausula 10.^a e e o previsto no Anexo IV ao presente CE, o valor a considerar para efeitos de definição do preço unitário, será por deslocação à ETA e não por guia de pesagem. Assim, para faturação serão consideradas as quantidades transportadas por cada deslocação que seja realizada à instalação e não por guia de pesagem (exemplo: se porventura numa deslocação transportarem 15 Ton (1 guia de pesagem) e 7 Ton (1 guia de pesagem) deverão faturar o total que foi pesado nessa deslocação à ETA de Tavira, neste caso a quantidade de 22 Ton, e aplicado o valor unitário apresentado para o lote 2.1, para quantidades superiores a 20 toneladas).
- Para as situações em que a báscula de na ETA de Tavira se encontre avariada ou que se verifique a falta de documento de pesagem, a quantidade a faturar deverá estar indexada à média dos transportes do mês anterior.

(2) Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Beliche para Parque de lamas da ETA de Tavira

- A ETA de Beliche funciona cerca de 4 a 6 meses por ano (entre abril e outubro), podendo haver necessidade de transporte de lamas em data posterior.
- O armazenamento na ETA de Beliche deverá ser efetuado com recurso a um contentor com 6 m³ de capacidade.
- Estimando-se um total de 132 transportes, durante o contrato.
- O transporte interno de lamas da ETA de Beliche para o parque de lamas da ETA de Tavira será efetuado com recurso aos meios do Adjudicatário aprovados pela AdA, S.A..

- O transporte das lamas será efetuado de acordo com indicação da AdA, S.A., preferencialmente em dias úteis, no horário das 10h00-15h00, podendo incluir sábados, nos termos da legislação aplicável em vigor.
- O pedido de recolha será efetuado com uma antecedência de meio-dia (tarde para manhã, manhã para a tarde).
- O Adjudicatário deverá disponibilizar um meio de contacto adequado, que permita à AdA, S.A. o eventual cancelamento ou adiamento do pedido de transporte em caso de se registarem situações excecionais da responsabilidade da AdA, S.A., que inviabilizem a execução do serviço.
- O Adjudicatário deverá efetuar a pesagem interna das cargas em báscula na ETA de Tavira.
- Por cada transporte deverá ser preenchida a respetiva guia de transporte de mercadorias, nos termos da legislação aplicável em vigor.

iii) Lote 3: Transporte Externo de Lamas - Zona Poente - Parque de Lamas da ETA de Alcantarilha para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A.

- A carga do resíduo do Parque de lamas para a viatura do Adjudicatário é da sua responsabilidade, devendo dispor de equipamento complementar adequado para o efeito (ex. retroescavadora).
- O transporte a destino final é efetuado com recurso aos meios do Adjudicatário aprovados pela AdA, S.A..
- Cada transporte de lamas corresponde, em média a cerca de 25 toneladas, estimando-se um total de 11.500 toneladas, durante o contrato.
- O transporte a destino final obedece ao limite máximo diário de 6 (seis) transportes.
- O transporte das lamas será efetuado de acordo com indicação da AdA, S.A., em dias úteis, no horário das 9h00-17h00.
- O transporte a destino final será efetuado com periodicidade variável, principalmente nos meses secos, devendo a AdA, S.A. solicitar ao Adjudicatário o serviço, informando reativamente ao número de transportes a realizar por dia de trabalho, com uma antecedência mínima de uma semana.

- O adjudicatário deve informar a AdA, das matriculas dos veículos e hora prevista para a realização dos transportes por dia de trabalho, com uma antecedência mínima de 24 horas de forma a que a AdA possa emitir/solicitar o respetivas e-GAR.
- Conforme previsto no n.º 7 da clausula AI, o adjudicatário deve dispor dos meios eletronicos necessários, para apresentação das respetivas e-GAR nas instalações do destinatário.
- Por cada dia de transportes deverá existir um controlo de pesagem aleatório na báscula da ETA de Alcantarilha, cabendo à AdA definir a pesagem.

**iv) Lote 4: Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente Poente -
ETA de Alcantarilha para Parque de lamas da ETA de Alcantarilha**

- O tipo de acondicionamento a utilizar poderá ser galera de 25 m³, dois (2) contentores de 15m³, podendo o transportador adequar os meios de acondicionamento, devendo o adjudicatário definir e adequar as características do meio de acondicionamento, estando sujeita a mesma à prévia aprovação da AdA.
- Cada transporte de lamas corresponde, em média a cerca de 12 toneladas por transporte em galera de 25 m³, estimando-se um total de 10.500 toneladas, durante o contrato.
- A periodicidade de deslocações à ETA, é diária, considerando o acondicionamento em galera de 25 m³. Nestes pressupostos, poderá haver um (1) ou mais movimentos na mesma deslocação à instalação ou em diferentes períodos do mesmo dia. Os movimentos ao fim de semana devem ser articulados, e implicam que o transporte das lamas seja efetuado ao sábado no final do dia, e na segunda-feira seguinte, no início do dia, em horário a acordar, de forma a não comprometer o acondicionamento das lamas no domingo.
- O tipo de transporte utilizado para a realização do previsto no âmbito da aquisição de serviços deverá ser aprovado pela AdA, no entanto cabe ao adjudicatário definir o veículo mais adequado de acordo com as condições das instalações.
- Deverão ser respeitada as zonas de descarga definidas pela AdA (Zona 1, Zona 2, Zona 3), caso não seja possível cumprir com o definido por razões externas, deverá informar a AdA cabendo ao Prestador de serviços repor a lama na zona prevista por meios próprios.

- É necessário afetar equipamento para movimentação de cargas no parque de lamas (ex. retroescavadora). Sempre que as condições climatéricas impeçam o acesso do camião transportador à zona designada pela AdA, prevista para a deposição de lamas no parque de armazenamento, deverá o Adjudicatário informar a AdA e desencadear as ações necessárias para proceder à recolocação das lamas nas áreas previamente definidas pela AdA;
- O transporte interno de lamas da ETA de Alcantarilha para o Parque de lamas da ETA de Alcantarilha deverá ser efetuado com recurso aos meios do Adjudicatário aprovados pela AdA, S.A..
- O Parque de lamas da ETA de Alcantarilha situa-se em terreno adjacente à instalação (a cerca de 200 metros), contemplando um percurso na via pública.
- O transporte das lamas será efetuado de acordo com indicação da AdA, S.A., preferencialmente em dias úteis, no horário das 9h00-17h00, incluindo feriados e fins de semana, nos termos da legislação aplicável em vigor, a acordar previamente.
- As deslocações à ETA terão periodicidade diária, podendo haver um (1) ou mais movimentos na mesma deslocação à instalação ou em diferentes períodos do mesmo dia. Os movimentos ao fim de semana devem ser articulados, e implicam que o transporte das lamas seja efetuado ao sábado no final do dia, e na segunda-feira seguinte, no início do dia, em horário a acordar, de forma a não comprometer o acondicionamento das lamas no domingo.
- O Adjudicatário deverá disponibilizar um meio de contacto adequado, que permita à AdA, S.A. o eventual cancelamento ou adiamento do pedido de transporte em caso de se registarem situações excecionais da responsabilidade da AdA, S.A., que inviabilizem a execução do serviço.
- O pedido de recolha será efetuado com uma antecedência de meio-dia (tarde para manhã, manhã para a tarde).
- O Adjudicatário deverá efetuar a pesagem interna das cargas em báscula na ETA de Alcantarilha.
- Para as situações em que a báscula de na ETA de Alcantarilha se encontre avariada ou que se verifique a falta de documento de pesagem, a quantidade a faturar deverá estar indexada à média dos transportes do mês anterior.

- Por cada transporte deverá ser preenchida a respetiva guia de transporte de mercadorias, nos termos da legislação aplicável em vigor.

v) Lote 5: Transporte Interno de Lamas - Zona Poente ETA de Fontaínhas para Parque de Lamas da ETA de Alcantarilha

- A ETA de Fontaínhas funciona entre 6 a 10 meses por ano (entre fevereiro e novembro), podendo o período de funcionamento ser reajustado se necessário.
- O armazenamento das lamas na instalação deverá ser efetuado com recurso a 1 (um) contentor de 9 m³ de capacidade.
- O transporte interno de lamas da ETA de Fontaínhas para o Parque de lamas da ETA de Alcantarilha deverá ser efetuado com recurso aos meios do Adjudicatário aprovados pela AdA, S.A..
- A periodicidade de recolha das lamas é 2 a 3 vezes por semana, mas poderá ser diária nos meses de verão.
- Estima-se um total de 150 transportes, durante o contrato.
- O transporte das lamas será efetuado de acordo com indicação da AdA, S.A., preferencialmente em dias úteis, no horário das 9h00-17h00, podendo incluir sábados, nos termos da legislação aplicável em vigor.
- O Adjudicatário deverá disponibilizar um meio de contacto adequado, que permita à AdA, S.A. o eventual cancelamento ou adiamento do pedido de transporte em caso de se registarem situações excecionais da responsabilidade da AdA, S.A., que inviabilizem a execução do serviço.
- O pedido de recolha será efetuado com uma antecedência de meio-dia (tarde para manhã, manhã para a tarde).
- O Adjudicatário deverá efetuar a pesagem interna das cargas em báscula na ETA de Alcantarilha.
- Por cada transporte deverá ser preenchida a respetiva guia de transporte de mercadorias, nos termos da legislação aplicável em vigor.

b) Condições gerais

- i) Em caso de impossibilidade por parte do Adjudicatário na realização dos transportes internos, nas datas e horários previstos para os trabalhos, o Adjudicatário deverá comunicar de imediato à AdA, S.A., apresentando alternativa para que a prestação do serviço seja executada na maior brevidade possível, nos termos do previsto e aprovado.
- ii) As eventuais alterações de data, horário e matrícula da viatura a utilizar no transporte externo devem ser comunicadas à AdA, S.A. com a devida antecedência, para que as e-GAR sejam emitidas com a informação correta, sob pena de inviabilizar a prestação do serviço sem custos para a AdA;
- iii) Em caso de impossibilidade por parte do Adjudicatário na realização da prestação do serviço na data prevista para a carga e transporte a destino final, o Adjudicatário deverá comunicar à AdA, S.A., logo que tenha conhecimento, para que sejam acordadas novas datas, nos termos do previsto e aprovado.
- iv) O acesso e circulação de viaturas do Adjudicatário nas instalações estarão condicionados aos procedimentos em vigor na AdA, S.A., devendo o Adjudicatário comunicar previamente quaisquer alterações referentes aos colaboradores e viaturas afetas à aquisição de serviços indicados nas alíneas c) e d) do iii) do n.º 1 do artigo 17.º do Programa do Concurso e nos termos dos n.os 4, 5 e 6 da Cláusula A1.^a do presente Caderno de Encargos e do n.º 16 da Cláusula A6.^a do presente Anexo.
- v) No transporte interno, o Adjudicatário obriga-se a depositar o resíduo nos parques de lamas em zonas previamente definidas pela AdA, S.A.. Nas situações em que tal não seja possível, nomeadamente devido a condições climatéricas adversas, o Adjudicatário deverá posteriormente recolocar as lamas no local inicialmente previsto, sem custos adicionais para a AdA, S.A..
- vi) Para efeitos de transporte das lamas a destino final, o Adjudicatário deverá efetuar a carga das mesmas na viatura, a partir da zona previamente definida pela AdA, S.A., em datas a acordar entre as partes, preconizando-se o seu encaminhamento com periodicidade semanal ou mensal ou quando a ocupação do parque de lamas o exija e sempre que possível nos meses secos.
- vii) A AdA, S.A. reserva-se o direito de suspender e/ou condicionar o trabalho sempre que não sejam cumpridos, por parte do Adjudicatário, os procedimentos estabelecidos.

- viii) A AdA, S.A. e o Adjudicatário deverão acordar, previamente ao início da aquisição de serviços e sempre que se justifique, qual o procedimento de criação das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR), i.e., se efetuado pela AdA, S.A. ou pelo Adjudicatário em nome da AdA, S.A., e disponibilizar entre as partes os dados necessários para o efeito, nos termos da legislação aplicável em vigor, nomeadamente a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril.
- ix) O Adjudicatário fica obrigado a assegurar o correto preenchimento das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR), nos campos a si destinados e restantes requisitos associados, nos termos da legislação aplicável em vigor, nomeadamente em matéria de gestão de resíduos e de transportes rodoviários de mercadorias.
- x) Para efeito de emissão das e-GAR, não poderá haver transporte de resíduos sem a prévia confirmação da informação necessária (data, hora prevista, matrícula da viatura que irá efetuar o transporte, etc.).

CLÁUSULA A 6.ª

QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, SEGURANÇA ALIMENTAR E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- I) As atividades desenvolvidas nas instalações da AdA, S.A., quer pelos seus colaboradores, quer pelos prestadores de serviços, estão por vezes associadas a aspetos e impactes ambientais significativos e a riscos para a segurança de pessoas, da água e saúde pública. De forma a promover a realização de trabalhos minimizando danos nos equipamentos e instalações da AdA, S.A., a terceiros, e ocorrência de acidentes e incidentes, o Adjudicatário obriga-se a desenvolver todas as suas atividades assegurando-se que todos os colaboradores envolvidos desenvolvem as suas atividades tendo em consideração a Legislação aplicável, o Código de Conduta para Fornecedores (**ANEXO V** do presente Caderno de Encargos), na legislação aplicável, na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial da AdA, S.A., nas Boas Práticas Ambientais e de Segurança Alimentar e noutras regras específicas relacionadas com a Aquisição de Serviços, devendo para tal causar o mínimo de perturbações e inconvenientes ao funcionamento normal da organização, e acautelar que no decurso dessas atividades não sejam originados riscos para os seus trabalhadores e trabalhadores da AdA, S.A., infraestruturas, ou outras partes interessadas, nem impactes ambientais.

- 2) O Adjudicatário deverá tomar conhecimento e assegurar o cumprimento dos procedimentos estabelecidos e comunicados pela AdA, S.A. aplicáveis à realização dos trabalhos, de forma a responder aos requisitos das Normas e Regulamentos de referência do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial, nomeadamente, Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social e Segurança Alimentar, nomeadamente os documentos constantes do **ANEXO VI** do Programa do Concurso.
- 3) O Adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com a legislação em vigor, a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivos de acidente de trabalho. São também da responsabilidade do Adjudicatário os exames médicos periódicos, prescritos pela medicina no trabalho.
- 4) O Adjudicatário tem obrigação de informar imediatamente a AdA, S.A. de todos os incidentes ou acidentes graves suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, quer sejam de trabalho ou ambientais.
- 5) O Adjudicatário obriga-se a elaborar inquéritos e análises pormenorizados sobre todos os acidentes/incidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos, ambientais e/ou materiais, bem como de eventuais reclamações que lhe possam ser transmitidas por terceiros, obrigando-se a informar a AdA, S.A. sobre os mesmos. No caso dos acidentes graves, qualquer que seja a sua natureza, o Adjudicatário deverá informar imediatamente a AdA, S.A..
- 6) O Adjudicatário obriga-se a garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, qualquer que seja o seu vínculo contratual, sendo o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, causados pela sua atividade, por ação dos seus agentes ou empresas subcontratadas, tanto ao pessoal como a terceiros e a outras empresas que trabalhem na mesma instalação, bem como à AdA, S.A. e seus representantes, sendo de sua conta os encargos que daí resultarem.
- 7) Serão da responsabilidade do Adjudicatário todos os encargos decorrentes do número anterior.
- 8) O Adjudicatário obriga-se, nos termos da legislação aplicável em vigor, a efetuar e manter atualizada a Identificação de Perigos e Avaliação dos Riscos (IPAR) para a saúde e segurança das atividades decorrentes desta Aquisição de serviços, que deverá estar adaptada à

realidade dos trabalhos a executar, preferencialmente dando resposta aos requisitos da Norma OHSAS 18001/NP 4397.

- 9) O Adjudicatário obriga-se a minimizar os impactes ambientais relacionados com as atividades decorrentes desta Aquisição de serviços, nos termos do presente Caderno de Encargos.
- 10) O Adjudicatário deve divulgar e sensibilizar os seus colaboradores relativamente aos aspetos referidos nas cláusulas anteriores.
- 11) A AdA, S.A. disponibilizará uma Identificação de Perigos inerente às instalações onde irão decorrer os trabalhos, após a adjudicação e antes do início dos trabalhos, nomeadamente realizando ação de sensibilização para o efeito.
- 12) Sem prejuízo das regras constantes no presente Caderno de Encargos, na documentação disponibilizada pela AdA, S.A., nos requisitos legais aplicáveis, deverá o Adjudicatário, ter em conta:
 - a) O transporte das lamas de clarificação da água deve ser efetuado em condições ambientalmente adequadas, de acordo com a legislação aplicável em vigor, nomeadamente com a carga devidamente acondicionada e coberta.
 - b) Em caso de derrame de lamas no pavimento, deverá o Adjudicatário proceder à sua remoção e encaminhamento para local adequado, com a maior brevidade possível.
 - c) Em caso de derrame de lubrificante ou combustível nas instalações da AdA, S.A. (ETA ou parque de lamas), o Adjudicatário deverá providenciar a remoção do resíduo e encaminhamento a destino adequado, sob sua responsabilidade, com a maior brevidade possível.
 - d) O Adjudicatário deverá apresentar, conforme definido na alínea d) da subalínea iii) do n.º 1 do artigo 17. do Programa de Concurso, a listagem dos equipamentos de trabalho a utilizar, incluindo eventuais trabalhos/equipamentos subcontratados, devendo assegurar que os mesmos cumprem a legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro.
- 13) O Adjudicatário deverá assegurar que os equipamentos de trabalho são adequados às atividades a efetuar, que garantem a segurança e saúde dos trabalhadores, encontram-se aptos para a sua utilização, e que são devidamente mantidos e utilizados nos termos do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

14) Sempre que a utilização de um equipamento de trabalho possa representar risco específico para a segurança ou saúde dos trabalhadores, o Adjudicatário deve tomar as medidas necessárias para que a sua utilização seja efetuada por colaborador devidamente habilitado.

15) Procedimentos específicos de segurança:

- a)** O Adjudicatário deverá assegurar a existência de procedimentos específicos de segurança para trabalhos com risco elevado, nomeadamente os identificados na legislação aplicável, designadamente:
 - i)** Trabalhos de transporte e/ou elevação mecânica de cargas ou pessoas;
 - ii)** Trabalhos em espaços com iluminação insuficiente.
- b)** Os trabalhos descritos na alínea a), para além do cumprimento dos procedimentos específicos de segurança, deverão ser executados por trabalhadores com aptidão e formação adequadas, pelo tempo mínimo necessário.
- c)** Para os trabalhos descritos na alínea a) o Adjudicatário obriga-se a cumprir e a fazer cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e saúde no trabalho, tendo para isso em consideração a especificidade das instalações a intervir, devendo o Responsável da aquisição de serviços assegurar o cumprimento dos procedimentos que garantam as condições adequadas de segurança.
- d)** Sempre que o Adjudicatário, no decorrer da sua atividade, detetar situações que configurem risco grave ou iminente para as pessoas e instalações, obriga-se a reportar de imediato à AdA, S.A.. Caso essas situações estejam diretamente relacionadas com a atividade que está a desenvolver e/ou com os seus colaboradores, deverá suspender todos os trabalhos enquanto as condições de segurança não forem repostas.
- e)** A AdA, S.A. reserva-se o direito de suspender e/ou condicionar o trabalho sempre que não sejam cumpridos os procedimentos de segurança por parte do Adjudicatário, nomeadamente em caso de situações que possam colocar em risco os seus trabalhadores ou terceiros.
- f)** A AdA, S.A. pode exigir a substituição de um trabalhador desde que devidamente justificado.
- g)** A AdA, S.A. reserva-se o direito de a qualquer momento, averiguar da aptidão técnica de qualquer trabalhador do Adjudicatário.

16) Quaisquer alterações aos elementos apresentados com a proposta e em sede de habilitação, devem ser remetidos à AdA, S.A., no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para análise e aprovação, designadamente:

- a)** Lista de identificação dos trabalhadores afetos à aquisição de serviços com indicação do vínculo laboral, do n.º do Bilhetes de Identidade/cartão do cidadão e sua validade (no caso de cidadãos de nacionalidade estrangeira, a referência da documentação que ateste a sua autorização para trabalhar em território nacional).
- b)** Registos comprovativos da competência dos seus colaboradores, com base na experiência profissional e/ou de formação, nomeadamente a habilitação legal para condução das viaturas pesadas a utilizar;
- c)** Apólices de seguros de acidentes de trabalho e das máquinas a utilizar (incluindo comprovativo de que se mantém válidas e que incluem todos os colaboradores e equipamentos afetos à Aquisição de Serviços);
- d)** Apólice de seguro de Responsabilidade Civil (incluindo comprovativo de que se mantém válida);
- e)** A Identificação de Perigos e Avaliação dos Riscos (IPAR) para a saúde e segurança das atividades decorrentes desta Aquisição de serviços, que deverá estar adaptada à realidade dos trabalhos a executar, preferencialmente dando resposta aos requisitos da Norma OHSAS 18001/NP 4397.
- f)** Procedimentos específicos de segurança para os trabalhos com risco elevado, nos termos da legislação aplicável (conforme aplicável).
- g)** Equipamentos e viaturas afetos à aquisição de serviços.

17) Sem prejuízo das restantes disposições deste Caderno de Encargos, o Adjudicatário deve disponibilizar, após a Adjudicação e sempre que solicitado para consulta, os seguintes elementos:

- a)** Cópia do alvará ou a licença comunitária relativa à atividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, conforme previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho e da licença para os veículos automóveis afetos à aquisição de serviços, conforme previsto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho, para o caso da atividade de transporte rodoviário, executada diretamente pelo adjudicatário ou por subcontratado;

- b)** Apólices de seguros de acidentes de trabalho e das máquinas a utilizar (incluindo comprovativo de que se mantêm válidas e que incluem todos os colaboradores e equipamentos afetos à Aquisição de Serviços);
 - c)** Apólice de seguro de Responsabilidade Civil (incluindo comprovativo de que se mantêm válida);
 - d)** Contratos de cada um dos trabalhadores, assinada entre as partes;
 - e)** Comprovativos de pagamento à Segurança Social (folha de remunerações mensal, referente ao último mês disponível);
 - f)** Controlo de Equipamentos de Proteção Individual por trabalhador;
 - g)** Fichas de aptidão para o trabalho (apenas para consulta ou o envio de informação sobre a data da realização do ultimo exame e estado de aptidão para cada colaborador, bem como da Entidade Empregadora e do Serviço de Saúde do Trabalho);
 - h)** Carta(s) de condução e carta(s) de qualificação de motorista que habilitam legalmente o(s) condutor(es) para a condução das viaturas pesadas a utilizar na presente aquisição de serviços;
 - i)** Registos de verificação dos equipamentos de trabalho, nos termos do Decreto-Lei n.º50/2005, de 25 de fevereiro;
 - j)** Registos de formação (plano de formação, folhas de presença e conteúdos programáticos);
 - k)** Registo de férias;
 - l)** Registo de horas de trabalho (incluindo horas extraordinárias acumuladas);
 - m)** Recibos de vencimento;
 - n)** Evidências do cumprimento do código do trabalho (Lei n.º9/2009, de 12 Fevereiro, e respetivas alterações);
 - o)** Evidências do cumprimento do Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro, e respetivas alterações).
- 18)** Quando são solicitados dados pessoais dos colaboradores afetos ao contrato, a sua utilização pela Entidade Adjudicante tem como objetivo exclusivo a verificação do cumprimento legal, nomeadamente no que diz respeito à legislação associada ao transporte rodoviário de mercadorias e Segurança e saúde no trabalho, no âmbito do presente

contrato. O tratamento a dar a estes dados será efetuado por colaboradores da AdA, somente para verificação do cumprimento legal, para eventual reporte em caso de irregularidade e para reposição da legalidade para exercício do contrato. A destruição dos dados pessoais associados ao contrato será efetuada de acordo com o definido pela AdA.

- 19)** Os documentos e registos a que se referem as cláusulas anteriores, dizem respeito a todos os trabalhadores viaturas e equipamentos afetos à Aquisição de serviços, quer sejam da própria empresa ou subcontratados, incluindo trabalhadores temporários.
- 20)** O Adjudicatário deverá disponibilizar-se para colaborar nas auditorias internas e externas promovidas pela AdA, S.A..

Anexo II

Instalações abrangidas no âmbito da aquisição de serviços

(ao que se refere a Cláusula A 5ª do Anexo I et al.)

Instalações da Águas do Algarve

Instalação de Entrega	Morada	Coordenadas GPS
ETA de Tavira	ETA de Tavira - Sítio do Malhão 8800-507 Tavira	37° 08' 42.220" N, 07° 42' 15.270" W
Parque de Lamas de Tavira	ETA de Tavira - Sítio do Malhão 8800-507 Tavira	37° 08' 42.220" N, 07° 42' 15.270" W
ETA de Alcantarilha	ETA de Alcantarilha - Sítio do Malhão, 8365-024 Alcantarilha	37° 10' 32.570" N, 08° 20' 56.100" W
Parque de Lamas de Alcantarilha	ETA de Alcantarilha - Sítio do Malhão, 8365-024 Alcantarilha	37° 10' 29,28" N, 08° 20' 48,93" W
ETA das Fontainhas	ETA das Fontainhas - Sítio das Fontainhas, 8500-130 Mexilhoeira Grande, Portimão	37° 09' 10.068" N, 08° 37' 22.658" W
ETA do Beliche	ETA de Beliche - Monte do Beliche 8950-103 Castro Marim	37° 16' 33.032" N, 07° 30' 27.412" W

Instalações externas

Instalação de Entrega	Morada	Coordenadas GPS
CIMPOR (Centro de Produção de Loulé)	Cerro da Cabeça Alta Apartado 1040 8100-997 Loulé	37° 08' 01" N, 08° 05' 40" W

Anexo III

Lista de Preços Unitários Base e Quantidades Estimadas

(a que se refere as Cláusulas 1.ª e 10.ª et al.)

ITEM	DESIGNAÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADAS	PREÇOS UNITÁRIOS BASE (EUR/TON)	OBSERVAÇÕES
1	LOTE 1 - Transporte Externo de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira				
1.1	ETA de Tavira - Transporte Externo (Parque de lamas Tavira > Cimpôr Loulé)	TON	9400	9,00 €	Média por transporte de 25 toneladas. É necessário afetar equipamento para carga a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora). Limite máximo de 6 transportes diários a destino final.
2	LOTE 2 - Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira e ETA de Beliche				
2.1	ETA de Tavira - Transporte Interno (ETA de Tavira > Parque de lamas Tavira)	TON	8400	Se superior a 20 toneladas: 4,87 € Se inferior a 20 toneladas: 6,8 €	Média de 2 a 4 deslocações por semana, considerando que a galera do camião utilizado nos transportes internos tem capacidade de cerca de 25 toneladas. Não carece de locação de contentores, pois as lamas encontram-se armazenadas em silos. É necessário afetar equipamento para movimentação de cargas a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora).
2.2	ETA de Beliche - Interno (ETA de Beliche > Parque de Lamas de Tavira)> inclui locação de Contentores para Lamas 6 m³	Transporte	132	148,20 €	A ETA funciona entre abril e setembro (podendo haver um transporte em data posterior). A ETA funciona de 4 a 6 meses ao ano. Locação de contentor 6 m³ (correspondendo em média a 3 toneladas). Média de 2 a 3 transportes por semana.

ITEM	DESIGNAÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADAS	PREÇOS UNITÁRIOS BASE (EUR/TON)	OBSERVAÇÕES
3	LOTE 3 - Transporte Externo de Lamas - Zona Poente - ETA de Alcantarilha				
3.1	ETA de Alcantarilha - Transporte Externo (Parque de Lamas Alcantarilha > Cimpor Loulé)	TON	11500	9,80 €	Média por transporte de 25 toneladas. É necessário afetar equipamento para carga a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora). Limite máximo de 6 transportes diários a destino final.
4	LOTE 4 - Transporte Interno de Lamas - Zona Poente - ETA de Alcantarilha				
4.1	ETA de Alcantarilha - Transporte Interno (ETA de Alcantarilha > Parque de Lamas Alcantarilha) > inclui locação de Contentores para Lamas	TON	10500	13,50 €	O transporte interno deverá ser gerido de forma a agregar necessidades de transporte diárias (inclusivé fins de semana), podendo também haver um ou mais movimentos na mesma deslocação à instalação ou em diferentes períodos do dia. Cada transporte corresponde em média a 12 toneladas por transporte em galera de 25 m³. É necessário afetar equipamento para movimentação de cargas a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora). Meio de acondicionamento a definir pelo adjudicatário, de acordo com o previsto no ponto IV da alínea da cláusula A5. ^a do anexo I do Caderno de Encargos.
5	LOTE 5 - Transporte Interno de Lamas - Zona Poente - ETA de Fontainhas				
5.1	ETA de Fontainhas - Transporte Interno (ETA de Fontainhas > Parque de Lamas de Alcantarilha) > inclui locação de Contentores para Lamas 9 m³)	Transporte	150	100,00 €	A ETA funciona entre 6 a 10 meses por ano (entre fevereiro e novembro). Cada transporte correspondente em média a 4 toneladas (em contentor de 9 m³). Média de 2 a 3 transportes por semana.

Anexo IV

Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve

(a que se refere o Cláusula A 5ª do Anexo I et al.)



Anexo V
Código de Conduta para Fornecedores
(a que se refere o Cláusula A 6ª do Anexo I et al)

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE
DE LAMAS DE CLARIFICAÇÃO DE ÁGUA**

(Ref.ª DOA.CP-AS-01/2023)

PROGRAMA DE CONCURSO

JUNHO 2023

ÍNDICE

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Objeto do concurso	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º Documentos do procedimento e plataforma eletrónica	5
Artigo 5.º Consulta do processo	5
Artigo 6.º Júri do procedimento	6
Artigo 7.º Esclarecimentos, erros e omissões das peças do procedimento	6
SECÇÃO II APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	7
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas	7
Artigo 9.º Visita à instalação	10
Artigo 10.º Apresentação de propostas variantes	10
Artigo 11.º Prazo para apresentação das propostas	10
Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas	11
Artigo 13.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas	11
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta	12
SECÇÃO III ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
Artigo 15.º Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes	12
Artigo 16.º Fase de negociação	13
Artigo 17.º Critério de adjudicação e critério de desempate	13
Artigo 18.º Relatório preliminar	13
Artigo 19.º Relatório final	14
SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	15
Artigo 20.º Adjudicação	15
Artigo 21.º Causas de não adjudicação	15
Artigo 22.º Documentos de habilitação	16
Artigo 23.º Caução	17
Artigo 24.º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário	18
Artigo 25.º Minuta do Contrato	18
Artigo 26.º Celebração do Contrato	19
SECÇÃO V DISPOSIÇÕES FINAIS	20
Artigo 27.º Despesas e encargos	20
Artigo 28.º Dados Pessoais	20
Artigo 29.º Legislação aplicável	21
Artigo 30.º Novos serviços	21

ANEXOS	22
Anexo I Documento Europeu Único de Contratação Pública.....	23
Anexo II.A Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 1	24
Anexo II.B Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 2	25
Anexo II.C Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 3	26
Anexo II.D Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 4	27
Anexo II.E Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 5.....	1
Anexo II Proposta de Preço	2
Anexo III Lista de Preços Unitários	1
Anexo IV Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores	1
Anexo V Modelo de Acordo-Promessa de Constituição	3
Anexo VI Modelo de Declaração do Adjudicatário.....	4
Anexo VII Modelos de Caução	5
Anexo VIII Modelo de Declaração de Subcontratação	9
Anexo IX Lista de Elementos e/ou Subcontratados a Afetar à Execução do Contrato	10

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a celebração do contrato de “*Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água*”.
2. A aquisição de serviços compreende **5 (cinco) lotes**, sendo admitidas propostas para um qualquer deles, para vários deles ou para todos. As propostas deverão ser submetidas separadamente por lote, cujos locais estão inseridos no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve - Sistema de Abastecimento de Água, a seguir discriminados:
 - a) **Lote 1** - Transporte Externo de Lamas - Zona Nascente Parque de Lamas da ETA de Tavira para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A.;
 - b) **Lote 2** - Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira para Parque de lamas da ETA de Tavira e Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Beliche para Parque de lamas da ETA de Tavira, inclui locação de Contentor para Lamas 6 m3;
 - c) **Lote 3** - Transporte Externo de Lamas - Zona Poente - Parque de Lamas da ETA de Alcantarilha para Centro de Produção de Loulé da CIMPOR, S.A.;
 - d) **Lote 4** - Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente Poente - ETA de Alcantarilha para Parque de lamas da ETA de Alcantarilha; Inclui locação de contentor, de acordo com o previsto no ponto IV da alínea da cláusula A5.ª do anexo I do Caderno de Encargos;
 - e) **Lote 5** - Transporte Interno de Lamas - Zona Poente ETA de Fontainhas para Parque de Lamas da ETA de Alcantarilha, inclui locação de Contentor para Lamas 9 m3.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. O presente concurso público é promovido pela **Águas do Algarve, S.A.**, adiante designada por **AdA, S.A.**, na qualidade de Entidade Adjudicante, sita na Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento:
 - Telefone: +351 289 899 070
 - Correio Eletrónico: geral.ada@adp.pt
 - Website oficial: <http://www.aguasdoalgarve.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em Conselho de Administração n.º 07/2023 da AdA, S.A., no dia 28 de junho de 2023, como consta do ponto 7.19 da respetiva ata e no uso dos poderes que lhe foram conferidos pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., nas suas deliberações constantes da Ata de Reunião n.º 4 de 16 de março de 2021, ponto 2.1 – “*Criação de Comissão Executiva e Delegação de Competências*”.

Artigo 4.º

Documentos do procedimento e plataforma eletrónica

1. O processo do presente concurso público é composto por:
 - a) Anúncio;
 - b) Programa de Concurso e respetivos anexos;
 - c) Caderno de Encargos e respetivos anexos.
2. Os documentos referidos no número anterior estão disponíveis na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt> e www.aguasdoalgarve.pt, desde o dia da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.
3. O procedimento é publicitado por anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia de acordo com o artigo 130.º e 131.º do Código dos Contratos Públicos aprovado por portaria dos membros do Governo responsáveis pela edição do Diário da República, pelas áreas das finanças e das obras públicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei III-B/2017 de 31 de agosto, e posteriores alterações, doravante designados conjuntamente por CCP.
4. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 2 anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.

Artigo 5.º

Consulta do processo

O processo do presente concurso público pode ser consultado, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República até ao último dia do prazo para a entrega das propostas, na

plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do artigo anterior, bem como, entre as 09:30 horas e as 12:00 horas e entre as 15:00 horas e as 17:00 horas, nas instalações da AdA, S.A. sita na Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro.

Artigo 6.º

Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido pelo júri do procedimento, o qual é composto por 5 (cinco) membros efetivos, um dos quais preside, e mais 2 (dois) suplentes.
2. Com exceção dos atos cuja competência se encontra injuntivamente cometida à entidade adjudicante, compete ao júri do procedimento praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a apreciação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos relatórios preliminar e final.
3. O júri do procedimento pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto, bem como solicitar a terceiros informações, esclarecimentos e documentos, que repute necessários para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, erros e omissões das peças do procedimento

1. No 1/3 (primeiro terço) do prazo fixado para a apresentação das propostas e até às **18h00m00s**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Para efeitos da parte final do número anterior, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento, os elencados no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
3. Até às **18h00m00s** do termo do 2/3 (segundo terço) do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O Órgão Competente para a Decisão de Contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 3 do presente artigo, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 4.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.

SECÇÃO II

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Artigo 8.º

Documentos que constituem as propostas

- 1. Os interessados poderão apresentar proposta a apenas um lote, para vários deles ou para todos os lotes.
- 2. Os interessados que pretendam apresentar proposta para mais do que um lote, deverão apresentar propostas autónomas para cada um dos lotes, ou seja, separadamente para cada um dos lotes a que concorre, entendendo-se como tal propostas que contenham todos os documentos exigidos nos termos do Programa do Concurso para o Lote em causa.

3. A abertura das propostas ocorrerá a partir das **10:00 horas** do dia útil seguinte à data limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 3.º do presente Programa do Concurso.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitui a proposta não possa ser apresentado na plataforma eletrónica, designadamente as amostras, o mesmo deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado e respeitar o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
5. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado em conformidade com o **ANEXO I** ao presente Programa do Concurso e que dele faz parte integrante.;
 - b) A Proposta de preço, elaborada em conformidade com a minuta constante do **ANEXO II** que integra do presente Programa de Concurso;
Nota: O preço da proposta será expresso em euros, com duas casas decimais e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
 - c) Lista de Preço Unitário (LPU), do serviço de inspeção vídeo, elaborada em conformidade com a minuta constante do **ANEXO III** ao presente Programa de Concurso;
Nota: Em caso de divergência entre as listas preenchidas pelo Concorrentes na plataforma eletrónica e o presente documento da proposta, prevalecerá este último.
 - d) Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, elaborada de acordo com a minuta constante no **ANEXO IV** do presente Programa de Concurso;
 - e) Memória descritiva e justificativa do modo como o Concorrente se propõe executar a Aquisição de Serviços, em conformidade com as atividades e especificidades de cada lote previstas no Caderno de Encargos, contendo o seguinte:
 - i. Metodologia a adotar pelo Adjudicatário para a realização da prestação do serviço a contratar, incluindo os meios humanos, equipamentos, meios materiais e sua descrição, nomeadamente, tipologia e número (veículos de transporte, meios de acondicionamento, exemplo galera, contentor (dimensões), equipamento para movimentação de cargas, etc.). Deverão ser descritos os procedimentos ambientais e de segurança aplicáveis, com vista à minimização de impactes ambientais e de riscos para os colaboradores, terceiros e instalações, bem como a proposta de soluções

que visem fazer face a eventuais situações que possam colocar em risco a aquisição de serviços de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, designadamente avarias, indisponibilidade de equipamento ou de recursos humanos, impossibilidade de realização de transporte, etc.;

- ii. Identificação do Responsável pela aquisição de serviços, anexando o Curriculum vitae, com indicação do seu vínculo ao proponente;
- iii. Constituição da equipa (número de elementos) a afetar e respetivas qualificações (manobrador, motorista de pesados, etc.), por forma a dar cumprimento ao previsto no Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO IX** ao Programa de Concurso;

f) No caso de recorrerem a subcontratados, declaração do concorrente onde indique os serviços que serão objeto de subcontratação, acompanhada de declaração dos subcontratados em que se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos para os quais foram indicados, nos termos do **ANEXO VIII**;

g) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;

h) Documentos que o Concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b), do n.º I, do artigo 57.º, do CCP.

6. Caso a concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de [*consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho OU agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto*], conforme modelo apresentado no **ANEXO V** deste Programa de Concurso;
7. Caso a concorrente adote a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
8. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos solicitados na alínea g) do n.º I do presente artigo, que podem ser apresentados em inglês, castelhano ou francês.

9. Sem prejuízo do disposto na parte final do número anterior, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
10. Para efeitos do presente procedimento, equivale à apresentação de elementos incompletos ou sem o grau de detalhe exigível, a não apresentação de qualquer dos documentos mencionados nos números anteriores.

Artigo 9.º

Visita à instalação

1. Durante o prazo de apresentação das propostas, a AdA, S.A. facultará aos interessados a possibilidade de visitar a instalação, a fim de recolher informação relevante à elaboração das suas propostas, designadamente quanto ao acesso e espaço para manobra de veículos, condições de carga, o local de instalação das sondas e analisador no protótipo, entre outros.
2. A visita ao local depende da formulação de um pedido de autorização à AdA, S.A., devendo o pedido ser realizado por escrito até às 18:00 horas do primeiro terço do prazo para a apresentação de propostas, diretamente através da plataforma de contratação pública identificada no n.º 2 do artigo 4.º do presente Programa de Concurso, procedendo posteriormente, a AdA, S.A., ao agendamento da visita.
3. Serão concedidos a cada um dos Interessados I (um) dia para inspecionar os locais de execução dos trabalhos, considerando os termos do número anterior.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 4.º até às **18h00m00s** do **30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio para publicação dos anúncios previstos no artigo 130º e 131.º do CCP.

Artigo 12.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 13.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas

1. No dia útil subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do artigo 4.º do presente Programa de Concurso.
2. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos concorrentes publicada na plataforma eletrónica podem reclamar do facto, no prazo de 3 (três) dias contados da data de publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, o júri publicará uma nova lista dos concorrentes.

4. Sem prejuízo do definido nos números anteriores as propostas serão disponibilizadas após o término do terceiro dia a contar da data de publicação da última lista de concorrentes.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

1. As propostas obrigam os concorrentes que as tenham apresentado pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data referida do artigo 11.º do presente Programa do Concurso.
2. O prazo referido no número anterior é automática e sucessivamente prorrogado por períodos de 10 (dez) dias, salvo se os concorrentes que tenham apresentado proposta declararem ao Conselho de Administração da **AdA, S.A.** que pretendem obstar a que o prazo de duração da proposta seja prorrogado.
3. A comunicação a que se refere o número anterior produz efeitos 5 (cinco) dias após a sua receção pela **AdA, S.A.**.

SECÇÃO III

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 15.º

Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do presente Programa de Concurso, sempre que um Interessado se encontre nas situações previstas nas alíneas b) a e), g) a h) e l) do

artigo 55.º do CCP, este pode exercer o direito de relevação dos impedimentos mediante meio de prova da regularização de dívidas fiscais e dívidas à Segurança Social ou da apresentação de medidas tomadas para demonstrar a sua idoneidade para a execução do contrato e a não afetação dos interesses que justificam aqueles impedimentos, nos termos do artigo 55.º-A do CCP.

4. Tendo por base os elementos referidos no número anterior, bem como a gravidade e às circunstâncias específicas da infração ou falta cometida, a AdA, S.A. reserva-se o direito de não relevar o impedimento.

Artigo 16.º

Fase de negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 17.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *monofator*, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
2. A avaliação incidirá sobre o preço unitário mais baixo.
3. Tendo presente o critério de adjudicação dos serviços a contratar referido no n.º 1, se for atribuído o primeiro lugar a mais do que a uma proposta, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

Artigo 18.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de análise e avaliação de propostas (RPAAP) sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. O júri propõe fundamentadamente a exclusão das propostas que se encontram nas situações previstas no artigo 146º do CCP, entre as quais:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;

- b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
 - c) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Concurso;
 - d) Que apresentem um preço unitário superior ao preço unitário base do procedimento vertido no Caderno de Encargos;
 - e) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
 - f) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
 - g) Que sejam apresentadas como variantes;
 - h) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - i) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, com as necessárias adaptações.
3. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de **5 (cinco) dias**, de acordo com o previsto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 19.º

Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo anterior.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 3 do artigo anterior.

SECÇÃO IV

ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 20.º

Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é adotada pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar, na qualidade de Órgão Competente para a Decisão de Contratar.
2. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado:
 - a) Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 22.º do presente Programa do Concurso;
 - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
 - c) Para confirmar no prazo para o efeito fixado, os eventuais compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
4. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

Artigo 21.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, são notificados a todos os concorrentes.

Artigo 22.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no n.º 2 do artigo 4.º, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida nos termos do modelo que constitui o **ANEXO VI** do Programa de Concurso e que dele faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - e) O Adjudicatário deve apresentar as apólices de seguro de Acidentes de Trabalho, Responsabilidade Civil e das viaturas e máquinas afetas à aquisição de serviços;
 - f) Carta(s) de condução e carta(s) de qualificação de motorista que habilitam legalmente o(s) condutor(es) para a condução das viaturas pesadas a utilizar na presente aquisição de serviços e comprovativo formação manobreadores.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob

compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 23.º

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao Adjudicatário a prestação de caução no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

2. Os modelos referentes à caução constam do **ANEXO VII** deste Programa de Concurso consoante venha a ser prestada por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90% (noventa por cento) dessa média.
4. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes da mesma entidade adjudicante tenha sido realizada ao mesmo concorrente pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório do preço proposto para os lotes adjudicados.
5. A caução prestada será liberada nos termos definidos no Artigo 295.º do CCP.
6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 24.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de [consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho OU agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto].
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 25.º

Minuta do Contrato

1. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta de Contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao Adjudicatário, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos, para aprovação juntamente com a notificação da decisão de adjudicação.
2. Quando o adjudicatário for comum a vários lotes pode ser celebrado um único contrato entre este e a entidade adjudicante.

3. A notificação da minuta do contrato a celebrar deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.
4. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
5. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
6. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
7. Os ajustamentos que sejam aceites pelo Adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
8. Após a aceitação da minuta do contrato pelo Adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos, bem como após a apresentação da documentação referida no artigo 22.º do presente Programa de Concurso, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, do local e data em que deve comparecer para a celebração do Contrato.

Artigo 26.º

Celebração do Contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

SECÇÃO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27.º

Despesas e encargos

São encargos dos Concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas e do Adjudicatário a prestação de caução, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do Contrato.

Artigo 28.º

Dados Pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.ada@adp.pt ou da morada Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro.

Artigo 29.º
Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação complementar portuguesa aplicável.

Artigo 30.º
Novos serviços

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º I do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares ao objeto do presente concurso público.

ANEXOS

Anexo I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

(a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 8.º)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela Águas do Algarve, S.A., com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

Anexo I.A

Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote I

(a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[•]* *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[•]* *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a celebração de contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água – **Lote I**”, a que se refere o anúncio datado de *[•]* *[data de publicação do anúncio em Diário da República]*, declara que se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e pelos preços unitários constantes do **ANEXO III** da sua proposta.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A., notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data.....

Assinatura.....

Anexo I.B

Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 2

(a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[•]* *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[•]* *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a celebração de contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água – **Lote 2**”, a que se refere o anúncio datado de *[•]* *[data de publicação do anúncio em Diário da República]*, declara que se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e pelos preços unitários constantes do **ANEXO III** da sua proposta.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A., notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data.....

Assinatura.....

Anexo I.C

Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 3

(a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[•]* *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[•]* *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a celebração de contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água – **Lote 3**”, a que se refere o anúncio datado de *[•]* *[data de publicação do anúncio em Diário da República]*, declara que se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e pelos preços unitários constantes do **ANEXO III** da sua proposta.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A., notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data.....

Assinatura.....

Anexo I.D

Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 4

(a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[•]* *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[•]* *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a celebração de contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água – **Lote 4**”, a que se refere o anúncio datado de *[•]* *[data de publicação do anúncio em Diário da República]*, declara que se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e pelos preços unitários constantes do **ANEXO III** da sua proposta.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A., notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data.....

Assinatura.....

Anexo I.E

Minuta de Declaração do Preço da Proposta – Lote 5

(a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[•]* *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[•]* *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a celebração de contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água – **Lote 5**”, a que se refere o anúncio datado de *[•]* *[data de publicação do anúncio em Diário da República]*, declara que se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e pelos preços unitários constantes do **ANEXO III** da sua proposta.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A., notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data.....

Assinatura.....

Anexo II

Proposta de Preço

(a que se refere a alínea b) do n.º 5 do artigo 8.º et al.)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de *[•]* *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[•]* *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público para a celebração de contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água”, a que se refere o anúncio datado de *[•]* *[data de publicação do anúncio em Diário da República]*, declara que se obriga a executar todos os trabalhos que constituem esta Aquisição de Serviços, em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos, pelo valor global de _____ EUR (*Euros, em algarismos com o máximo de duas casas decimais e por extenso*), para o período de vigência do contrato.

À(s) quantia(s) supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A.. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação Portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Local e data

Assinatura (nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP)

Anexo III Lista de Preços Unitários

(a que se refere a alínea c) do n.º 5 do artigo 8.º)

ITEM	DESIGNAÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO (EUR/TON)	OBSERVAÇÕES
1	LOTE 1 - Transporte Externo de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira			
1.1	ETA de Tavira - Transporte Externo (Parque de lamas Tavira > Cimpor Loulé)	TON		Média por transporte de 25 toneladas. É necessário afetar equipamento para carga a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora). Limite máximo de 6 transportes diários a destino final.
2	LOTE 2 - Transporte Interno de Lamas - Zona Nascente - ETA de Tavira e ETA de Beliche			
2.1	ETA de Tavira - Transporte Interno (ETA de Tavira > Parque de lamas Tavira)	TON		Média de 2 a 4 deslocações por semana, considerando que a galera do camião utilizado nos transportes internos tem capacidade de cerca de 25 toneladas. Não carece de locação de contentores, pois as lamas encontram-se armazenadas em silos. É necessário afetar equipamento para movimentação de cargas a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora).
2.2	ETA de Beliche - Interno (ETA de Beliche > Parque de Lamas de Tavira)> inclui locação de Contentores para Lamas de 6 m³	Transporte		A ETA funciona entre abril e setembro (podendo haver um transporte em data posterior). A ETA funciona de 4 a 6 meses ao ano. Locação de contentor 6 m³ (média de 3 toneladas). Média de 2 a 3 transportes por semana.
3	LOTE 3 - Transporte Externo de Lamas - Zona Poente - ETA de Alcantarilha			
3.1	ETA de Alcantarilha - Transporte Externo (Parque de Lamas Alcantarilha > Cimpor Loulé)	TON		Média por transporte de 25 toneladas. É necessário afetar equipamento para carga a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora). Limite máximo de 6 transportes diários a destino final.
4	LOTE 4 - Transporte Interno de Lamas - Zona Poente - ETA de Alcantarilha			
4.1	ETA de Alcantarilha - Transporte Interno (ETA de Alcantarilha> Parque de Lamas Alcantarilha)> inclui locação de Contentores para Lamas	TON		O transporte interno deverá ser gerido de forma a agregar necessidades de transporte diárias (inclusive fins de semana), podendo também haver um ou mais movimentos na mesma deslocação à instalação ou em diferentes períodos do dia. Cada transporte corresponde em média a 12 toneladas por transporte em galera de 25 m³. É necessário afetar equipamento para movimentação de cargas a partir do parque de lamas (ex. retroescavadora). Meio de acondicionamento a definir pelo adjudicatário, de acordo com o previsto no ponto IV da alínea da cláusula A5.ª do anexo I do Caderno de Encargos.
5	LOTE 5 - Transporte Interno de Lamas - Zona			
5.1	ETA de Fontainhas - Transporte Interno (ETA de Fontainhas> Parque de Lamas de Alcantarilha) > inclui locação de Contentores para Lamas 9 m³)	Transporte		A ETA funciona entre 6 a 10 meses por ano (entre fevereiro e novembro). Cada transporte correspondente em média a 4 toneladas (em contentor de 9 m³). Média de 2 a 3 transportes por semana.

Anexo IV

Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores

(a que se refere a alínea d) do n.º 5 do artigo 8.º)

[a ser apresentado separadamente para cada um dos Lotes]

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), assume o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta para Fornecedores (COD.3), declarando que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, não interferindo no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050;
- l) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);

- m) Informa a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;
- n) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

Assinatura(s)

Anexo V

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

(ao que se refere a alínea do n.º 6 do artigo 8.º)

[a ser apresentado separadamente para cada um dos Lotes]

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento] após ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público para a “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água” e nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ [indicar a figura jurídica adotada] ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa _____ representará a associação perante a Águas do Algarve, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para _____ [indicar endereço de email e telefone].

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante, responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de aquisição de serviço caso seja este o Adjudicatário) ^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela Águas do Algarve a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Procedimento.

Data _____

Assinatura (c) _____

Anexo VI

Modelo de Declaração do Adjudicatário

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 22.º)

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de Concurso Público para “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água”, lançado pela sociedade Águas do Algarve, S.A., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a aquisição de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo VII

Modelos de Caução

(a que se refere o n.º 2 do artigo 23.º)

MODELO I: GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Guia do depósito:

Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos _____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para realização da “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água”, nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ [entidade adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

MODELO 2 - GARANTIA BANCÁRIA

Garantia Bancária de:

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento n.º [●] destinado à celebração do contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água”, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor de [designação da entidade adjudicante] (adiante designada(o) por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o

estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

MODELO 3 - SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor de [designação da entidade adjudicante], e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º [●], destinado à celebração do contrato de “Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água”, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a [designação da entidade adjudicante], vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da [designação da entidade adjudicante], sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à [designação da entidade adjudicante], quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

Anexo VIII
Modelo de Declaração de Subcontratação
(a que se refere a alínea f) do n.º 5 do artigo 8.º)

A empresa, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, declara que em caso de adjudicação da “*Aquisição de serviços de transporte de lamas de clarificação de água*” à (empresa Adjudicatária) se compromete a executar, em regime de subcontratação, as tarefas e serviços relativos a (identificação dos trabalhos), nos termos do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos.

Data

Assinaturas

Anexo IX

Lista de Elementos e/ou Subcontratados a Afetar à Execução do Contrato

(a que se refere a alínea iii) do n.º e do artigo 8.º)

Lote__;

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a aquisição de serviços de [•] [identificação do procedimento], a que se refere o anúncio datado de [•] [data de publicação do anúncio em Diário da República], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato afetando à respetiva execução o seguinte número de elementos:

Categoria Profissional	Número de elementos propostos (em algarismos)	Número de elementos proposto (por extenso)
A –		
B –		
C –		
D –		
E –		
F –		
G –		
H –		
TOTAL		

Mais declara que a lista nominativa com a identificação dos elementos, bem como com a indicação se os mesmos pertencem ou não ao seu quadro de pessoal é a que a seguir apresenta:

Nome do elemento	Categoria profissional em que se insere	Pertença do elemento ao quadro de pessoal do concorrente (<i>Sim/Não</i>)

Anexos: *Curriculum vitae* dos elementos propostos à execução do contrato

_____ [local], _____ [data], _____ [assinatura]